

## O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina

Fabricio Pereira da Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

### 1 Introdução a título pessoal, ou sobre a (in)capacidade premonitória da Ciência Política

*Eppur si muove*. No entanto, se move. Ao sair do tribunal do Santo Ofício, depois de condenado a abjurar de suas teses heliocêntricas, Galileo Galilei fez essa afirmação, como forma de negar a negação a qual foi forçado. Provavelmente não foi exatamente assim que ocorreu, mas a versão é muito boa, então fiquemos com ela. Desse modo comecei meu livro *Vitórias na Crise* (2011), que tratava da ascensão das esquerdas ao poder central na maioria dos países da América Latina – o que foi chamado naquele momento a “maré rosa latino-americana” (Panizza, 2006). Com essa abertura (e com a contradição do título) procurei destacar a aparente improbabilidade de tal movimento num contexto de crise global das ideias e práticas de esquerda e de sensação de “fim da história”. *There is no alternative*. No entanto houve, e o mundo seguiu se movendo. Tentei compreender naquele livro todo o processo que parecia improvável até ocorrer. Ao final dos anos de análise e observação dos casos aos quais tive que me dedicar para elaborar o referido trabalho, já não parecia algo improvável para mim. Defendi que as esquerdas chegaram ao poder na América Latina porque souberam aproveitar os anos de democracia formal, aceitaram participar dela, se apresentaram como alternativas ao ciclo anterior definido como “neoliberal”, responderam a crises políticas, econômicas e sociais em distintos países latino-americanos. Não parecia provável antes de ocorrer. Depois, em perspectiva, era em certo sentido previsível. Mas ninguém previu.

Nos anos seguintes desenvolvi pesquisas sobre teorias democráticas contra-hegemônicas e mais precisamente as novas experiências participativas na Venezuela, Bolívia e Equador, os três casos considerados mais radicais pela literatura especializada em elaborar tipologias sobre as esquerdas latino-americanas. No entanto, em paralelo elaborei duas análises de conjuntura mais gerais sobre os avanços e limites dos governos originados a partir dessas esquerdas (Pereira da Silva, 2012, 2014). O primeiro refletia ainda o auge das experiências, destacava principalmente seus avanços, e sugeria que podiam seguir vigentes por longo tempo, acompanhadas por uma ou outra experiência de uma “nova direita” que poderia ser mais democrática e renovada que suas expressões anteriores. O segundo apontava com mais clareza seus limites, e previa o ocaso da onda rosa, com sua substituição por direitas de distintos matizes. Mas augurava que as direitas vitoriosas num novo ciclo poderiam voltar ao poder por meio de eleições limpas, com programas aprovados pelas maiorias. Se percebe com isso que a onda rosa e seus resultados seguiam e seguem nos desafiando como uma esfinge: “decifra-me ou te devoro”. Por mais que fosse possível imaginar que o ciclo estava a ponto de se esgotar, o que se viu nos últimos anos superou qualquer capacidade de predição. Fomos em grande medida devorados. Em especial a academia brasileira, e particularmente os cientistas políticos em sua crença institucionalista na democracia procedimental, no equilíbrio de poderes e no funcionamento estável do chamado “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988; Limongi e Figueiredo, 1998).

Este artigo procura então fazer um balanço do ciclo dos chamados “governos progressistas” na América Latina, comumente denominado de “onda rosa”. Analisa o esgotamento do referido ciclo,

sugere terminologias a partir das quais se pode compreender o fenômeno, e aborda as alternativas conservadoras que vêm se impondo. Trata-se em grande medida de uma análise de conjuntura, porém acrescida de alguns apontamentos mais gerais em torno do conceito de “neogolpismo” e suas variantes. Será mais um esforço para tentar compreender o que está ocorrendo com a onda rosa, agora desde a perspectiva do que me parece ser um evidente fim do ciclo. O que não estava nos planos era a quebra das regras do jogo para forçar sua derrubada em alguns casos, como no Brasil. Este trabalho provavelmente vai ser como os anteriores. O que no passado próximo era improvável pode parecer óbvio desde uma análise feita *a posteriori*, e se farão novas previsões que provavelmente se provarão em grande medida erradas no futuro.

Para que então fazer mais uma análise de conjuntura? Para discutir a realidade em seu momento e buscar intervir nela, o que os cientistas sociais latino-americanos procuraram fazer ao longo de quase toda sua história de intelectuais em países periféricos e profundamente desiguais – no entanto, quase não o fizeram nas últimas décadas. Ainda que sabendo que nossa capacidade de influir na realidade e de prevê-la é quase nula, em grande medida porque os óculos das nossas disciplinas e em particular da Ciência Política nem sempre foram fabricados para nossas realidades específicas, muitas vezes distorcendo-as. No entanto, não podemos nos abster de seguir tentando – preferencialmente buscando fabricar óculos mais apropriados, no que se espera contribuir com o esforço de reconstrução conceitual que perpassa o texto.

## 2 Rediscutindo conceitos

Foi inegável a ocorrência de uma onda de governos originados a partir das esquerdas na América Latina, começando com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, e seguindo com a chegada ao governo de candidatos de esquerda ou centro-esquerda em quase todos os países da América do Sul (com exceção da Colômbia) e em diversos países da América Central – fenômeno único na história da região. Mais difícil foi encontrar uma definição para esses governos: “progressistas”, “pós-neoliberais”, “neodesenvolvimentistas”, etc. Termos vagos buscando encaixar num mesmo pacote casos muito distintos. Foi comum também compreender essas esquerdas como dois grupos, em geral nomeados “socialdemocratas” e “populistas”, ou “democratas” e “autoritários” – o segundo grupo muito criticado por parte considerável dos estudiosos, da opinião pública e pelos grandes meios de comunicação tradicional da região, e integrado em geral pelos governos da Venezuela, da Bolívia e do Equador<sup>1</sup>. São evidentes o juízo de valor e a normatividade dessas classificações e termos, por mais que os cientistas políticos que as defendem procurem apresentar-se como “neutros”, “objetivos”, “científicos”. “Populista” é uma terminologia de combate, utilizada para atacar tudo o que alguém não gosta politicamente. Em geral, para atacar tudo o que na periferia se afasta do que os observadores do centro e a intelectualidade liberal-cosmopolita da própria periferia (formada nos cânones do centro) esperam da representação, das instituições, das lideranças e dos partidos.

---

<sup>1</sup> A primeira é a esquerda “boa”, a segunda é a esquerda “má” (cf. Castañeda, 2006; Lanzaro, 2009; Petkoff, 2005; Mires, 2008; entre muitos outros). São poucos os trabalhos que buscaram complexificar a questão e, nesse sentido, se deve mencionar particularmente o livro coletivo editado por Levitsky e Roberts (2011). Os editores apresentaram na Introdução uma tipologia das esquerdas com quatro quadrantes: 1) partidos institucionalizados (Brasil, Uruguai e Chile); 2) movimentista (Bolívia); 3) máquinas populistas (Argentina e Nicarágua); e 4) populistas (Venezuela e Equador). Talvez pela abordagem marcadamente institucionalista do argumento, os autores acabam por cair outra vez na dicotomia “socialdemocratas” versus “populistas”, quando reafirmam que as esquerdas do quadrante 1 realizam políticas socialdemocratas, enquanto as dos quadrantes 2 e 4 produzem políticas populistas (entendendo as do 3 numa posição “híbrida”). Se obtém desse modo o mesmo resultado das outras tipologias binárias, inclusive com argumentos semelhantes.

A única formulação destacável de populismo com um caráter distinto, a de Ernesto Laclau (2009), é interessante mas confunde mais do que explica, se 1) quando se fala de populismo sempre se entende outra coisa que não o que Laclau propunha, e se 2) a ideia laclauiana de “significante vazio” a ser preenchido implica no limite em que toda a política possa ser populista, e que todo conceito em certo sentido seja nada mais que um significante vazio à disposição. Questiono então a validade de resgatar um conceito que para todos significa algo negativa, e que nessa nova formulação proposta é tão amplo que poder ser tudo.

Quanto à compreensão desses governos como “autoritários”, ela parte de uma concepção elitista, minimalista, procedimental e a-histórica de democracia, na qual um padrão de instituições e relações entre elas deve ser replicado em todos os países e em todas as épocas. Se desconsidera a demodiversidade espacial e temporal que sempre existiu, e que está em vias de extinção exatamente por visões como essa (Santos, 2009; Santos e Mendes, 2018). E se afasta da concepção clássica da democracia como o governo do povo, das maiorias, potencialmente e quase consequentemente dos pobres, na direção de uma ideia da “democracia” como disputa regrada entre elites ou na melhor das hipóteses entre grupos (se o autor é respectivamente elitista ou pluralista, cf. Macpherson (1978)). Foi assim que os governos da Venezuela, da Bolívia e do Equador – que avançaram ainda que timidamente em reformas democratizantes, aprofundaram mecanismos de participação cidadã, defenderam novos direitos sociais e identitários – foram imediatamente considerados autoritários.

Mais além dos juízos de valor, se deve considerar que as esquerdas desses países chegaram ao poder em contextos de profunda crise política, social e econômica, se apresentaram como movimentos e líderes *outsiders* em relação a um sistema político em decomposição, instituíram novas constituições e em certo sentido refundaram seus Estados. É em seu devido contexto que essas experiências mais radicais e antissistêmicas devem ser entendidas em comparação com as mais moderadas de Brasil, Uruguai, Chile, El Salvador, entre outras, que chegaram ao poder como integrantes importantes de sistemas políticos que não estavam colapsando, aos quais tiveram que adaptar-se ao longo do tempo em seguidas disputas eleitorais. Nisso se deve incluir os acordos e alianças para a constituição de maiorias com forças de centro e de direita ainda bem estabelecidas no eleitorado e em sistemas partidários relativamente estáveis – algo que os considerados mais radicais não tiveram que fazer.

Além disso, para além dos aspectos mais institucionais (e esse é o ponto que deve ser destacado), estes partidos não chegaram ao poder em meio a crises políticas, econômicas e sociais de profundidade que podem ser consideradas “orgânicas” em sentido gramsciano – um movimento estrutural no qual se manifesta uma crise de direção político-social (Gramsci, 2002). Essa diferença permitiu avanços aos mais radicais em termos de reformas institucionais, novos direitos e aprofundamento de instituições de democracia participativa e direta. No entanto, implicou em perdas em termos de estabilidade pelas constantes mudanças, reforçou o voluntarismo desses governos (particularmente os ancorados nas lideranças fortes de Chávez e de Rafael Correa), dificultou a formação de oposições fortes, aboliu alguns mecanismos liberais de pesos e contrapesos entre os poderes da República, formou maiorias amplas que impuseram decisões majoritárias, e tudo mais que levou tantos políticos (e politólogos) atemorizados ou simplesmente interessados a entender esses governos como novos regimes afastados do universo das democracias “sólidas” ou “consolidadas”: seriam “quase-autoritários”, “híbridos”, ou abertamente “ditaduras”.

Defendi que esses dois grupos se diferenciavam, mas nos termos e pelas razões apontadas acima, e propus a classificação de “refundadores” para Venezuela, Bolívia e Equador, e de

“renovadores” para todos os outros<sup>2</sup> (essa discussão está desenvolvida em Pereira da Silva (2011)). No entanto, ainda que consideremos a existência de só uma, duas ou muitas esquerdas, o termo mais utilizado pela literatura para referir-se aos governos formados por essas esquerdas – por mim inclusive – foi o epíteto de “progressistas”. O termo foi utilizado em geral de forma acrítica, para diferenciá-los positivamente do ciclo anterior do “neoliberalismo”. Lancei mão do conceito com esse mesmo sentido, basicamente para destacar seus avanços em comparação com o período anterior, eludindo noções mais precisas; e por outro lado para evitar a ideia de “pós-neoliberalismo” que foi sendo crescentemente utilizada (Sader, 2013; Rojas, 2015), por considerá-la imprecisa para descrever muitas de suas políticas – ainda pró-mercado no econômico e não universais no social.

Na última análise de conjuntura mencionada, eu fazia a seguinte observação para defender o termo “progressismo”:

‘progressista’ não deve adotar qualquer associação com seu significado primordial de ‘progresso’, ‘evolução’, e sim com ‘mudança’, ‘transformação’ em relação ao status quo anterior, mais ou menos profunda de acordo com o caso e o tema em tela. Ou seja, em contraposição a ‘conservação’, ou a um retorno ao passado (‘reacionarismo’, igualmente um movimento de mudança, mas com outras motivações) (Pereira da Silva, 2014, p. 6).

É improvável esperar que progressismo não remeta a progresso e a evolução... Adotar a ideia de progresso no século XXI e desde a periferia do capitalismo não se apresenta como algo factível depois de décadas de reflexões acerca da dependência, desenvolvimentos múltiplos ou alternativos, pós-desenvolvimento, decrescimento e outras noções assemelhadas, e de críticas à filosofia da história intrínseca à narrativa da modernidade. Nomear a algo “progressista” implica em desconsiderar todo esse debate no que restou da teoria crítica e particularmente na produção crítica das ciências sociais na periferia.

É possível, portanto, eliminar conceitos como o de “progresso” da gramática de nossas ciências sociais. No que diz respeito aos governos de nossas esquerdas, eles devem ser definidos a partir de suas características concretas – e a partir da constatação da pluralidade de experiências e de fatores a comparar. De fato, se deve destacar que nenhum desses governos caminhou ou caminha na direção de superar o sistema capitalista. Esses governos em grande medida (alguns em quase todas as suas ações, outros em alguns de seus aspectos) adotaram políticas que poderiam ser classificadas como “social-liberais” (no sentido proposto por José Mauricio Domingues (2013)), dada a manutenção de políticas econômicas anteriores pró-mercado e concepções liberais, associadas a crescentes investimentos sociais (em certa medida também voltadas para o consumo no mercado) e defesa das minorias. No outro extremo, adotaram em alguns casos e em alguns momentos estratégias e concepções que poderiam ser chamadas “neodesenvolvimentistas”. Mas não industrialistas, porque todas implicaram em reprimarização de suas economias, com mais controle das commodities pelo Estado – o que Maristela Svampa (2013) denominou o “consenso de commodities” baseado numa “ilusão desenvolvimentista”. Muito pouco se fez para além disso, como por exemplo alguns avanços constitucionais em termos de originais “direitos da natureza” no Equador (não desenvolvidos na prática), ou experimentos de cogestão e autogestão produtiva no marco do “socialismo do século

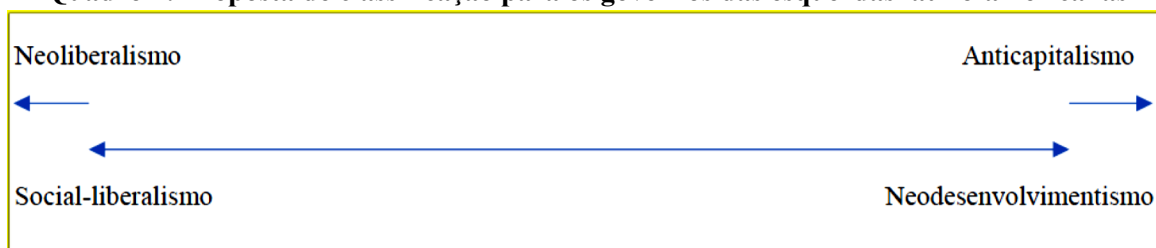
---

<sup>2</sup> A Argentina constituiria um caso híbrido, de chegada ao poder em meio a uma crise orgânica, mas superando-a a partir de uma preservação do sistema institucional vigente – através do relançamento da esquerda peronista.

XXI” na Venezuela (que não teve impacto sistêmico na economia e nas práticas sociais, e agora se apresenta em franca degeneração).

Vou propor então (mas não desenvolver nesse texto) que se deve pensar num contínuo no qual num extremo cada governo ou política pode ser classificada como social-liberal, e num outro extremo como neodesenvolvimentista. Tudo isso se restringe aos limites do capitalismo e da modernidade, mas não é mais o modelo anterior (“neoliberal”). Cada governo poderia localizar-se num ponto do contínuo, mas se pode complexificar um pouco mais e fazer com que cada mandato presidencial ou cada área das políticas públicas possam ocupar um ponto distinto. Os resultados poderiam ser obtidos por meio de uma abordagem qualitativa ou quantitativa, para cada eixo pré-definido. Seria algo mais ou menos como segue:

**Quadro 1: Proposta de classificação para os governos das esquerdas latino-americanas**



Fonte: Elaboração própria.

Para além das diferenças de ênfase (e uma ou outra proposta mais original), devem ser destacadas algumas características comuns a eles. Esses governos recuperaram no discurso e na prática o Estado enquanto instrumento de intervenção e transformação social, de forma mais ou menos complementar ao mercado. Também incrementaram consideravelmente a participação popular por meio de novos mecanismos e do aprofundamento de antigos, buscando complementar a tradicional representação liberal. Também modificaram as estratégias e prioridades em suas relações internacionais, buscando articulações com outros países do “Sul global”, com potências médias alternativas aos EUA e particularmente criando mecanismos de integração regional (latino-americanos, sul-americanos e caribenhos) ou aprofundando espaços previamente existentes.

No entanto, a mais importante das características desses governos foram os esforços visando a redução drástica da pobreza e da miséria, e a mais sutil da desigualdade (como mostro em Pereira da Silva (2014)). Se pode discutir que em muitos desses casos (provavelmente com a única exceção das Missões venezuelanas, algumas delas mais universalistas) isso ocorreu parcialmente por meio de políticas sociais de transferência de renda condicionada (não universais), e não pelo investimento na expansão e efetividade de direitos sociais universais. O que se realizou, adicionalmente, por meio de estratégias de mercado, através da expansão do consumo com mais crédito e aumentos salariais (Schavelzon, 2016). Ou seja, sem mudanças consideráveis na estrutura social, no sistema impositivo, com pouco investimento em infraestrutura e em serviços públicos de qualidade. Também se pode afirmar que, quando se procurou realizar mudanças mais profundas na economia, fez-se uma aposta em projetos (neo)desenvolvimentistas depredadores da natureza e dos recursos naturais – e em alguns países se aprofundou a reprimarização da economia, a dependência do petróleo e do agronegócio (Freitas e Amaral, 2016). No entanto, considerando-se que a região é uma das mais pobres do mundo e a mais desigual, não foi pouco o que se realizou.

Talvez isso possa explicar em boa medida a longa reprodução do ciclo. Isso pode ter sido o principal trunfo das esquerdas em regimes democráticos de países profundamente desiguais –

lembrando que Bobbio (1995) já definia o ser de esquerda como defesa de mais igualdade. Em realidades de profunda desigualdade de renda e de suas demais formas, e se essas democracias funcionam de forma mínima, é de se supor que as forças de esquerda têm condições de chegar ao governo e mantê-lo seguidas vezes, constituindo provavelmente alternativas de poder mais viáveis na maior parte do tempo em comparação com as lideranças e partidos à direita do espectro político. Inclusive considerando todos os desequilíbrios gerados pela influência dos poderes fáticos (burguesia, meios de comunicação oligopolizados, forças armadas, etc.) sobre seu funcionamento no capitalismo. É desde essa suposição que devemos começar a debater o tema do “neogolpismo”.

### 3 Saídas eleitorais e neogolpismo

Estamos presenciando o ocaso do ciclo de governos à esquerda na região, ocaso marcado por crises econômicas e políticas em diversos países e pelo próprio esgotamento de seus projetos de redistribuição (limitada) de renda, de suas políticas econômicas de desenvolvimento reprimarizante e extrativista, e dos espaços de integração regional. É parte do jogo democrático o que está ocorrendo agora: que os ciclos se esgotem, que sejam substituídos por alternativas. Presenciamos o avanço de uma maré de direita, que é uma nova releitura do liberalismo e do conservadorismo latino-americanos (as duas famílias ideológicas tradicionais no pensamento e na política da região desde o século XIX), mesclando elementos de individualismo/empreendedorismo, discurso religioso, pretensa gestão técnica (“desideologizada”), antiestatismo e nacionalismo (Velasco e Cruz *et al.*, 2015; Schavelzon, 2016; Solano Gallego, 2018).

Porém, se é correta nossa hipótese das vantagens potenciais dos projetos de esquerda em contextos de profundas desigualdades como o nosso, essas esquerdas ainda podem obter algumas vitórias mesmo num contexto de retrocesso regional – como ocorreu no México com Manuel López Obrador em 2018. E podem, desde a oposição na maioria dos países da região, vivenciar processos de reorganização e renovação que em algum momento as reposicionem favoravelmente para um retorno ao poder. Talvez isso possa explicar o advento do “neogolpismo” (Tokatlian, 2009, 2012; Soler, 2015; Perissinotto, 2016; Miguel, 2018). As velhas e novas direitas e particularmente os poderes fáticos associados a elas não podem contar (ou tolerar esperar) somente com eleições. Talvez por isso vitórias eleitorais de centro-direita com a de Mauricio Macri na Argentina em 2015 convivam com processos de desestabilização de governos legitimamente eleitos e novas formas de golpe como o que derrubou Dilma Rousseff no Brasil em 2016. Essas novas formas de golpe não têm a participação direta dos militares, e se processam através de interpretações distorcidas das instituições, particularmente do mecanismo do *impeachment* quando este é constitucionalmente previsto. Em Pereira da Silva (2014), projetei que essa modalidade poderia se tornar residual e não se consolidar como uma estratégia. Mas lamentavelmente não foi isso o que ocorreu.

A estabilidade e a institucionalização de parâmetros mínimos do que é democracia dentro da concepção hegemônica de democracia produziram uma sensação de segurança que se mostrou equivocada. Diversos regimes latino-americanos passaram por recentes rupturas democráticas. Com isso, os cientistas políticos da região deverão voltar a debater o que define as autocracias, o que determina a entrada e a saída nesses tipos de regime, como são as novas formas de golpe – e já se pode observar a emergência de novos conceitos para a compreensão desses fenômenos, como “golpe institucional”, “golpe parlamentar”, “neogolpismo”, “golpes do século XXI”. Para a melhor compreensão dessas transformações que vamos vivenciando, será essencial partirmos de noções contra-hegemônicas, menos eurocêtricas de democracia. Refletir sobre os sentidos e dimensões da

democracia se torna ainda mais premente nesse momento em que, para além de pretensas democracias “melhores” e “piores” como vinha fazendo a literatura da “qualidade da democracia”, teremos que retomar os debates sobre as passagens de democracias a autocracias (e vice-versa), num quadro de neogolpes e seus desdobramentos. Se nenhuma democracia é satisfatória, se toda democracia pode ser democratizada, elas também podem passar (e efetivamente estão passando) por processos de “desdemocratização” (Tilly, 2013).

Se deve entender, então, o neogolpismo como formas de golpe de Estado legais na aparência, e que buscam seu processamento preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais. O ponto principal é que são formas mais processuais e mais sutis no uso concentrado da força, pois é isso o que dificulta sua condenação aberta pela comunidade internacional – e por contraste facilita seu reconhecimento pelos governos estrangeiros que esperaram ou apoiaram essas mudanças de regime. Todos os golpes de Estado historicamente necessitaram de uma institucionalidade para legitimá-los antes e depois de sua consecução, e em geral produzem suas institucionalidades próprias no processo de construção de seu novo regime. O que se reforçou agora é a utilização das instituições vigentes em sua consecução, que depois podem ser modificadas ou não durante a zona cinza na qual entram os países nos quais eles ocorrem – não ainda ditaduras “clássicas”, mas Estados de exceção.

[O] “novo golpismo” está encabeçado mais abertamente por civis e conta com o apoio tácito (passivo) ou a cumplicidade explícita (ativa) das Forças Armadas, pretende violar a constituição do Estado com uma violência menos ostensiva, procura preservar uma aparência institucional mínima (por exemplo, com o Congresso em funcionamento e/ou a Corte Suprema temporariamente intacta), nem sempre envolve uma grande potência (por exemplo, Estados Unidos) e aspira mais a resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que a fundar uma nova ordem (Tokatlian, 2009, n.p.).

De acordo com Álvaro Bianchi (2016),

o sujeito do golpe de estado moderno é [...] uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (Bianchi, 2016, n.p.).

Essas novas modalidades de golpe têm sido nomeadas de muitas maneiras. Por exemplo, golpe “brando” ou “branco”, termos que não definem muito mais além de que esses processos buscam ser sutis. Ou golpe “parlamentar”, tomando como um dado central que o Parlamento seria o caminho principal de sua consumação, o que talvez não seja correto dado o papel também central do Poder Judiciário em sua posta em prática e reconhecimento, e o próprio caráter de judicialização do

processo. Deve-se insistir então que essas são modalidades de “neogolpismo” para marcar suas diferenças com o padrão anterior do subcontinente, também se poderia defini-las mais precisamente como golpes “institucionais”, dado seu processamento por meio das instituições vigentes. Talvez essa insistência nas instituições e nos procedimentos guarde relação com a concepção hegemônica de democracia enquanto nada mais que instituições e procedimentos, e particularmente instituições e procedimentos que devem se reproduzir globalmente de forma acrítica. Desse modo, preservados formalmente certos simulacros de instituições e procedimentos, não se poderia afirmar categoricamente que a democracia foi de todo abandonada. Nossos neogolpistas afinal aprenderam algo com as concepções hegemônicas eurocêntricas de democracia, impostas a partir dos países centrais às ciências sociais das periferias, mas ao mesmo tempo abraçadas com gosto por estas.

Considero que alguns golpes e tentativas de golpe mais recentes (como o que ocorreu na Venezuela em 2002 que retirou Chávez do governo por dois dias, ou o *putch* policial que se tentou contra Correa no Equador em 2010) podem ser caracterizados como majoritariamente de tipo “clássico”, em especial pela presença decisiva de setores armados do Estado e seu caráter violento e concentrado no tempo. O golpe contra Manuel Zelaya em Honduras em 2009 pode ser considerado um neogolpe, mas teve ainda uma característica do tipo clássico bem marcada que foi a intervenção direta dos militares – que sequestraram Zelaya no palácio presidencial e o exilaram enquanto o braço judiciário havia respaldado em decisão secreta sua prisão e afastamento do cargo (não sua expulsão do país) e o braço parlamentar o submetia a um julgamento político sumário. A razão alegada foi a pretensão de Zelaya de realizar uma consulta popular sem caráter vinculante acerca da possibilidade de reeleição. O que se deve considerar um caso mais bem-acabado de neogolpe foi a destituição de Fernando Lugo no Paraguai em 2012. Lugo sofreu processo sumário de julgamento político, na aparência amparado na imprecisão da Constituição paraguaia em relação a esse processo, mas com evidentes características de destituição. O *impeachment* foi motivado pela intenção das oligarquias políticas e do agronegócio (apoiados pelo Poder Judicial, setores do aparato de segurança, Igreja Católica e os grandes meios privados de comunicação) de bloquear processos relativamente moderados de mudança, apropriar-se de todo o aparato estatal, e particularmente não permitir que as forças de esquerda estivessem em seu (parcial) controle durante das eleições presidenciais previstas para o ano seguinte (Lourenço, 2018).

Temos então como atores principais os setores conservadores políticos e judiciais (aparato de segurança incluído), sustentados pelos poderes fácticos da burguesia local (agro/industrial/rentista, atualmente constituindo o mesmo ator hibridizado), os setores religiosos conservadores e os grandes oligopólios de comunicação – com o (por enquanto) ainda difícil de comprovar mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos EUA. Foi esse roteiro de sucesso o implementado no Brasil, com a participação dos mesmos atores, culminando na destituição da presidente sem qualquer comprovação de “crime de responsabilidade” nem muito menos de envolvimento em corrupção (o grande mote da campanha por sua derrubada), a condição jurídica exigida para o *impeachment* pela Constituição brasileira, também imprecisa nesse aspecto.



#### 4 Caracterização do caso brasileiro: golpe institucional e avanço do Estado de exceção<sup>3</sup>

O golpe institucional começou a ser implementado no Brasil desde a reeleição de Rousseff em outubro de 2014. Mas não havia um roteiro definido, e se buscou avançar por distintos caminhos. No mesmo dia da eleição em segundo turno, a oposição de direita não reconheceu o resultado alegando fraude (algo sem precedentes desde a redemocratização), e buscou evitar a aprovação do resultado pela Justiça Eleitoral – o que não foi possível naquele momento. Paralelamente, se aprofundaram as investigações da Polícia Federal e de juízes do estado do Paraná contra os partidos da base de apoio de Rousseff, conhecidas como “Operação Lava-Jato”. Mapearam considerável rede de corrupção localizada na Petrobrás e em outras partes do Estado. O esquema envolvia políticos da base de apoio ao governo e as principais empresas de construção civil do país, que organizavam um cartel para ter acesso aos vultosos contratos superfaturados, utilizados para enriquecimento pessoal e para financiamento das campanhas eleitorais. As investigações (seletivas) receberam cobertura sem fim (também seletiva) da mídia oligopolizada<sup>4</sup>.

A isso se somou a considerável crise econômica que segue desde 2014, à qual o governo Rousseff não soube reagir e quando reagiu o fez mal: buscando estratégias de contenção de despesas e de redução de investimentos opostas ao prometido em 2014 (Carvalho, 2018), configurando clara *policy switch* que o fez perder mais apoio social (particularmente dos movimentos sociais). E como pano de fundo se organizaram crescentes manifestações de direita das camadas médias por “moralidade” desde o princípio de 2015, que entre distintas reivindicações incluíam setores mais radicais exigindo intervenção militar e o “fim do bolivarianismo” – manifestações quase “convocadas” pelos meios de comunicação e financiadas por associações empresariais.

Desde o desconhecimento do resultado eleitoral e a referida tentativa de anulá-lo, foram tentados distintos caminhos institucionais para derrubar o governo, como os processos visando a condenação das contas de campanha de Rousseff na Justiça Eleitoral (por alegação de utilização de recursos ilegais) durante os anos de 2015 e 2016 – o que levaria à interrupção do governo com a convocação de novas eleições. No entanto, dada a virada conservadora no Legislativo definida pelas eleições de 2014, ao fim a saída mais viável para a realização do golpe se configurou por meio do Congresso, com apoio concreto (por ação e por inação) do Judiciário. Setores de partidos de centro e de direita antes governistas, liderados pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e com ativa articulação do vice-presidente Michel Temer, e aliados à oposição de direita, realizaram o julgamento político da presidente. Os dois personagens lideraram uma nova maioria conservadora, desejosa de retomar o poder do Estado sem mais condôminos e intermediários de centro-esquerda em seu até então “condomínio privado”. Também buscavam abertamente dar um fim às investigações, que se temia poderia sair do controle e derrubar a todos.

O fizeram não por acusações de corrupção (pois concretamente não houve denúncia pessoalmente contra a presidente), mas por presumidas irregularidades administrativas, basicamente a alegação de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orçamentária. Dado o

---

<sup>3</sup> O melhor trabalho sobre o tema até aqui, e que faz sua melhor descrição, é o de Renato Perissinotto (2016). Remeto a esse texto para uma mais detalhada descrição da derrubada de Rousseff. Coincido com muitas de suas teses, com exceção de dois pontos: o autor considera o golpe de caráter “parlamentar”, por entender que esse foi seu protagonista (quando considero a setores do Judiciário como coprotagonistas no golpe, talvez mais importantes que os políticos, e entendo a “Lava-Jato” como uma operação partidarizada dedicada à derrubada do governo); e ênfase no caráter novo desse tipo de golpe, particularmente na América Latina (por consequência a utilização da ideia de neogolpismo), enquanto Perissinotto sugere que essa é uma espécie que sempre existiu no gênero dos golpes de Estado.

<sup>4</sup> Cf. <http://www.manchetometro.com.br/>.

atraso no repasse de verbas aos bancos públicos em dado momento de 2015 (para cobrir gastos com programas sociais e educação), se alegou que houve “maquiagem das contas públicas”, decretos “não registrados” incompatíveis com as referidas leis e “empréstimos forçados” aos bancos públicos – se estaria buscando através desses “empréstimos forçados” maquiagem de gastos maiores que os determinados nas referidas leis, e assim encobrir seu descumprimento e aparentar um endividamento menor que o real.

A Câmara dos Deputados abriu o processo em dezembro de 2015 e o aceitou em abril de 2016, enviando-o ao Senado. O Senado aprovou a abertura do processo (o que implicou no afastamento temporário da presidente e posse interina do vice-presidente) e o aprovou em agosto (significando o afastamento definitivo da presidente e oficialização do vice-presidente). Em resumo, se buscaram técnicas e formalismos para configurar alegados “crimes de responsabilidade”, legalmente necessários para a aprovação do processo de *impeachment*, justificar seu caráter jurídico definido em lei. Mas foi de fato um julgamento puramente político, um voto de desconfiança parlamentarista num regime presidencialista, derrubando uma presidente então impopular e que havia perdido maioria parlamentar. Por consequência, uma ruptura institucional<sup>5</sup>.

O novo governo se dedicou à implementação de um programa liberal no econômico e privatista no social – em tudo distinto do programa eleito pelas majorias em 2014. Isso se traduz numa política econômica regressiva e no aprofundamento da recessão, que até o momento (final de 2018) não foi superada; na abertura da exploração de petróleo em águas profundas (o pré-sal) para as companhias de petróleo estrangeiras; na imposição de uma lei definindo limites de gastos públicos por duas décadas que significarão cortes orçamentários anuais em saúde e educação para o pagamento da dívida pública, o que na prática significará a progressiva falência da saúde e educação públicas constitucionalmente garantidas; na “flexibilização” da legislação trabalhista visando o aumento das horas semanais de trabalho, redução das férias, entre outras perdas de direitos; em reformas na educação voltadas para a privatização e limitação da “doutrinação esquerdista”; redução dos investimentos em ciência e tecnologia e retomada de relações internacionais preferencialmente “Norte-Sul” em detrimento das “Sul-Sul”, o que aprofundará a dependência estrutural; e proposta de reforma da Previdência Social com aumento do tempo de trabalho mínimo e da contribuição, única mudança que não foi aprovada até o momento.

Porém, o mais grave de tudo isso não é a implementação de um programa que não foi legitimado através do voto. O grande problema é que agora tudo pode acontecer. Se Tokatlian (2009, n.p.) tem razão em afirmar que a princípio os neogolpismos aspirariam “mais a resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que a fundar uma nova ordem”, deve se considerar que, concretizada a ruptura institucional e a constituição de um governo ilegítimo, se abriu a “caixa de Pandora”. Há no Brasil atualmente uma escalada do arbítrio. Recrudescem as ilegalidades por parte de juízes e do Ministério Público, como as prisões temporárias sem provas, condenações sumárias e pressão para obter confissões. Setores do Judiciário decidem pela repressão a debates sobre o golpe em escolas e universidades, e o Ministério Público, pela perseguição a setores intelectuais críticos. Se criminalizam movimentos sociais e seus dirigentes, aumenta a repressão às manifestações populares, grupos paramilitares de direita ameaçam e perseguem docentes, estudantes e jornalistas de esquerda e chegaram a invadir o Congresso Nacional. Recrudesce a defesa de valores morais conservadores, a

---

<sup>5</sup> Há ainda poucos trabalhos mais elaborados acerca do processo, mas uma quantidade incomensurável de análises de conjuntura feitas por cientistas sociais, jornalistas e políticos. Para uma ideia dessa produção, cf. Souza (2016) e Jinkings *et al.* (2016).

perseguição às minorias e o obscurantismo religioso. A mídia privada busca pressionar o Judiciário para silenciar *sites* de notícias que não fazem parte de seu cartel. Por fim, Luiz Inácio Lula da Silva, virtualmente eleito em primeiro turno nas eleições presidenciais de outubro de 2018, foi condenado e preso sumariamente em processo carente de provas materiais, calcado em delações e suposições – sendo com isso excluído das eleições.

Em suma, com o golpe consumado coloca-se a possibilidade da consolidação de um regime de autoritarismo civil. Depois de anos de debates acerca da transição e consolidação democrática traduzidos na literatura da “transitologia” e da “consolidologia” (cf. Vitullo, 2001; Pereira da Silva, 2017), os cientistas políticos devem começar a debater a “desconsolidação” da democracia e a “transição ao autoritarismo”. De todo modo, se pode afirmar que o sistema político brasileiro se esgotou, e de maneira geral as instituições gestadas no processo de redemocratização e na Constituição de 1988. A chamada “Nova República” entrou em colapso, algo visível desde as manifestações de rua de junho de 2013. Tenhamos no futuro próximo uma saída democrática, uma autoritária ou uma longa crise orgânica, ao final não será mais possível voltar ao ponto de onde se desviou. Será necessário em algum momento refundar a República.

Na onda rosa que se esgotou, a experiência brasileira foi evidentemente das mais relevantes, pelas dimensões econômicas, demográficas e territoriais do país, pela ascendência do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Lula sobre as esquerdas da região, pela difusão de políticas públicas como o Bolsa Família, por seu peso na constituição de alternativas de integração regional agora em vias de abandono. Considero não estar em questão o fim do ciclo. O que sim está em aberto é o como e com que ritmos se daria esse fim. Com a saída rupturista no Brasil – e por consequência o abandono do caminho democrático, mediante eleições limpas, diálogo e gestação de alternativas programáticas de direita legitimadas pelo voto –, não se deve ignorar o impacto que esta “solução” poderá exercer em outros países<sup>6</sup>. Isso provavelmente influirá na agilidade e na forma como outros representantes do ciclo das esquerdas na região deixarão o poder nos próximos anos – ou procurarão fechar seus regimes evitando fazê-lo, como vem ocorrendo na Venezuela. Os prognósticos para a América Latina nesse momento são os piores, e lamentavelmente o golpe no Brasil tem muito a ver com isso.

## Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- BIANCHI, Álvaro. *O que é um golpe de estado?* Blog Junho, 26 de março de 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

---

<sup>6</sup> Me parecem inspirados no caso brasileiro os processos de “judicialização” através dos quais se vem procurando criminalizar a Cristina Kirchner, na Argentina, e a Rafael Correa, no Equador, provavelmente visando a inabilitação de ambos e com isso impedindo sua volta ao governo em futuro próximo. Para não falar da contaminação da política peruana pelos escândalos de corrupção da “Lava-Jato”, que levou à renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski em março de 2018 e vem provocando a criminalização de boa parte do sistema político, incluindo todos os últimos ex-presidentes do país.

- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira*. Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's left turn. *Foreign Affairs, s.l.*, v. 85, n. 3, p. 28-43, may-jun. 2006.
- DOMINGUES, José Maurício. Social liberalismo y dominación global. *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 4, n. 2, p. 183-198, 2013.
- FREITAS, Caroline Cotta de Mello; AMARAL, Aiko Ikemura. *¡No! ¡És una trampa!* Movimentos sociais e o governo do MAS no contexto do Referendo (2016). In: 40º Encontro da ANPOCS, 2016, Caxambu.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LANZARO, Jorge. *La socialdemocracia criolla*. Análise de Conjuntura OPSA, 3. Rio de Janeiro: OPSA, 2009.
- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Eds.). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 80-106 1998.
- LOURENÇO, Beatriz Soares. *Entre recuos de maré e ondas de golpe: uma análise sobre as interrupções dos governos de Manuel Zelaya em Honduras e de Fernando Lugo no Paraguai no limite do conceito de Golpe de Estado*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, 147 f., Niterói, 2018.
- MACPHERSON, Crawford. *A democracia liberal*. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: ¿post-democracia o neo-dictadura? *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea (RIHALC)*, Córdoba, n. 8, p. 77-90, jun.-nov. 2018.
- MIRES, Fernando. Socialismo nacional versus democracia social. Una breve revisión histórica. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 217, p. 59-71, sep.-out. 2008.
- PANIZZA, Francisco. *La marea rosa*. Análise de Conjuntura OPSA, 8. Rio de Janeiro: OPSA, 2006.
- PEREIRA DA SILVA, Fabricio. A “qualidade da democracia” como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir? *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 6-29, 2017.
- \_\_\_\_\_. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. *Observador On-Line*, v. 9, n. 12. Rio de Janeiro: Observador On-Line, 2014.
- \_\_\_\_\_. ¿Hasta dónde llegará la marea rosa? In: MOREIRA, Carlos; AVARO, Dante (Coords.). *América Latina hoy: sociedad y política*. Buenos Aires: Teseo, Universidad Autónoma de Baja California, CPES, FEyRI, 2012. p. 153-179.
- \_\_\_\_\_. *Vitórias na crise*. Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
- PERISSINOTTO, Renato. *Por que golpe?* Academia, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/29221192/Por\\_que\\_golpe](https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe). Acesso em: 25 ago. 2018.
- PETKOFF, Teodoro. *Dos izquierdas*. Caracas: Alfadil, 2005.

- ROJAS, Gonzalo Adrián. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2015.
- SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (Orgs.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- SCHAVELZON, Salvador. *The end of the progressive narrative in Latin America*. Alternautas, 2016. Disponível em: <http://www.alternautas.net/blog/2016/5/24/the-end-of-the-progressive-narrative-in-latin-america>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- SOLANO GALLEGO, Esther. Entendendo o Brasil atual. Polarização, guerras culturais e antipetismo. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, edição especial em português, p. 48-60, jul. 2018.
- SOLER, Lorena. Golpes de Estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 77-89, 2015.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- SVAMPA, Maristella. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar.-abr. 2013.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes 2013.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El auge del neogolpismo*. La Nación, 24 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Neogolpismo*. Página/12, 13 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 53-60, nov. 2001.

*Artigo recebido em: Agosto/2018*

*Artigo aprovado em: Maio/2018*

**Fabricio Pereira da Silva** (fabriciopereira31@gmail.com) é professor do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

### **O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina**

**Resumo.** Este artigo faz um balanço do ciclo dos chamados “governos progressistas” na América Latina, comumente denominado de “onda rosa”. Analisa o esgotamento do referido ciclo, sugere

terminologias a partir das quais se pode compreender o fenômeno, e aborda as alternativas conservadoras que vão se impondo. Trata-se em grande medida de uma análise de conjuntura, acrescida de alguns apontamentos mais gerais em torno do conceito de “neogolpismo” e suas variantes. Para que fazer uma análise de conjuntura? Para discutir a realidade em seu momento e buscar intervir nela, o que os cientistas sociais latino-americanos procuraram fazer ao longo de quase toda sua história de intelectuais em países periféricos e profundamente desiguais – no entanto, quase não o fizeram nas últimas décadas. Ainda que sabendo que nossa capacidade de influir na realidade e de prevê-la é reduzida, em grande medida porque os óculos das nossas disciplinas e em particular da Ciência Política nem sempre foram fabricados para nossas realidades específicas, muitas vezes distorcendo-as.

**Palavras-chave:** Esquerdas; Governos Progressistas; Neogolpismo; América Latina.

### **The End of the Pink Tide and the Neo-coups d’État in Latin America**

**Abstract.** This article studies the cycle of “progressive governments” in Latin America, commonly known as the “pink tide”. It analyses the exhaustion of this cycle, suggests terminologies that helps to describe the phenomenon, and studies the new conservative tide in the region. It is largely a conjuncture analysis, added by some more theoretical notes about the concept of “neo-coup” and its variants. What is the reason to do a conjuncture analysis? To discuss reality in its time and seek to intervene in it, what Latin American social scientists have sought to do throughout most of their history of intellectuals in peripheral and deeply unequal countries. However, they have hardly done so in the last decades.

**Key-words:** Left; Progressive Governments; Neo-coups d’état; Latin America.